

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1010232-20.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Maqllux Fundição de Metais Ltda - EPP e outros**  
 Embargado: **C- Invest Consultoria & Investimentos Ltda**

MAQLLUX FUNDIÇÃO DE METAIS LTDA - EPP E OUTROS ajuizou ação contra C- INVEST CONSULTORIA & INVESTIMENTOS LTDA, afirmando a insubsistência da cobrança, pois decorre de prestação de serviços que perdurou entre 16 de abril e 16 de agosto de 2012 mas todas as mensalidades foram quitadas.

A embargada pugnou pelo não conhecimento dos embargos e, quanto ao mérito, aduziu que os documentos juntados não comprovam o pagamento.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Houve demora na regularização da representação processual e também no pagamento das custas processuais. No entanto, atendidos os pressupostos, não se justifica indeferir a petição inicial e cancelar a distribuição, pois a regularização aconteceu antes de extinção do processo e não se tratava de prazo preclusivo, aquele decorrente da intimação determinada por este juízo.

Cobram-se mensalidades pela prestação de serviços ajustados em contrato escrito.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Teriam sido prestados no período de 16 de abril a 16 de outubro de 2012, R\$ 2.000,00 a cada mês, desde abril (fls. 36/37).

A embargada se fez representar no contrato por seu administrador, Paulo Yorio Yamaguchi.

A planilha incluiu as mensalidades vencidas até 16 de outubro de 2012 (fls. 43).

Segundo os embargantes, o contrato perdurou até 16 de agosto de 2012 (fls. 2). Os documentos de fls. 15/18 revelam a rescisão do contrato em 5 de setembro de 2012. Os documentos de fls. 19/22 revelam a devolução de documentos pela embargada, para os embargantes, no decorrer de setembro do mesmo ano, indicando que nesse mês cessou a prestação de serviços, não em agosto, conforme alegado nos embargos. Portanto, eram devidas as mensalidades até 16 de setembro.

Afirmam os embargantes que fez todos os pagamentos entre abril e agosto, em favor de José Eudes Rodrigues de Freitas e Plus Office.

A embargada afirmou que os documentos juntados não comprovam pagamento, pois não condizem com o contrato firmado.

O documento de fls. 7 comprova o crédito de R\$ 1.000,00 em favor de José Eudes, em 15 de maio de 2012, pessoa indicada para os recebimentos, fato não impugnado e demonstrado nos autos. O documento de fls. 8 comprova o pagamento de mais R\$ 1.000,00, mediante transferência bancária. Esses documentos são hábeis à prova de quitação e se não tivesse ocorrido o crédito, por qualquer motivo, deveria a embargada dizer expressamente e, de preferência, juntar comunicação ou extrato bancário demonstrando que não houve o crédito. Outrossim, inútil dizer que o pagamento se referia a relação jurídica diversa, sem a declinar, oportuno enfatizar a coincidência de valor, indicando que se referia, sim, ao contrato de prestação de serviços. Afinal, não havia outra obrigação pendente de pagamento.

O documento de fls. 9 comprova o crédito em conta corrente de R\$ 2.000,00 em 19 de junho de 2012. Tal qual consignado no parágrafo anterior, o pagamento não foi infirmado.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O documento de fls. 11 comprova o depósito de R\$ 500,00 em 23 de julho. Esse documento está em poder dos embargantes, significando que o pagamento foi efetuado em benefício deles, ao passo que a embargada não demonstrou ter qualquer relação jurídica com quem fez o depósito. Faltou R\$ 1.500,00.

O documento de fls. 12 comprova o pagamento de R\$ 1.000,00 em 8 de agosto. O documento de fls. 13 comprova o pagamento de R\$ 1.300,00 em 24 de agosto. Excesso de R\$ 300,00.

Não houve má-fé dos embargantes, ao alegarem pagamento total da dívida, fato incorrente, da mesma forma que, com alguma condescendência, se dirá que a embargada também não age com malícia, apesar de cobrar um mês além e refutar pagamentos documentalmente provados.

Diante do exposto, acolho em parte os embargos e o faço para excluir da cobrança os meses de maio, junho, agosto e outubro de 2012, bem como para, no tocante ao restante da dívida, deduzir o pagamento parcial de R\$ 500,00, em 23 de julho de 2012, e o excesso de R\$ 300,00 pago em agosto de 2012.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de setembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**